

Fernando Cavaleiro e a Operação Tridente

Cronologia

11 de Junho de 1917 - Nasce em Abrantes Fernando Cavaleiro;
1934 - Conclusão do 7.º ano de Liceu no Colégio Militar;
1936-1939 - Frequenta o Curso de Cavalaria da Escola do Exército;
1940 - Ingressa no quadro permanente como Alferes no RC 3, em Estremoz;
1947 - Participa como atleta no Campeonato do Mundo de esgrima;
1948, 1952 e 1956 - Participa como atleta nos Jogos olímpicos de Londres, Helsínquia e Estocolmo na disciplina de Concurso Completo de Equitação;
Janeiro de 1962 - Promovido a Tenente-Coronel;
Fevereiro de 1963 - Forma o Batalhão de Cavalaria 490, em Estremoz;
Julho de 1963 - Agosto de 1965 - Comissão no Ultramar, na província da Guiné;
Janeiro de 1964 - Março de 1964 - Comanda a Componente Terrestre na Operação Tridente;
Outubro de 1965 - Promovido a Coronel;
10 Janeiro de 1969 - Passa à situação de Reserva;
1988 - Passa à situação de Reforma.

O Comandante

A 11 de Junho de 1917 nasce, em Vila Nova da Barquinha, Fernando José Marques Cavaleiro, o homem que viria a comandar, cerca de 47 anos mais tarde, a componente terrestre na Operação Tridente, uma das operações de maior envergadura conduzidas durante o período da Guerra nos territórios ultramarinos portugueses. Enquanto jovem, Fernando Cavaleiro frequentou o Colégio Militar, onde foi contemporâneo de Spínola e Costa Gomes, tendo concluído o 7.º ano do Liceu no ano de 1934. Em 1936 ingressa na Escola do Exército onde frequenta o curso de Cavalaria, que termina em 1939. Promovido a Aspirante, é colocado, desde 1 de Novembro de 1939, no Regimento de Cavalaria N.º 3. Desde a sua primeira colocação até à nomeação para o comando do Batalhão de Cavalaria 490, o Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro prestou serviço em várias Unidades do Exército e da Guarda Nacional Republicana, desempenhando funções ao nível do Comando e do Estado-Maior. A sua dedicação ao desporto manifestou-se cedo, sendo patente na sua folha de serviço as referências às várias competições desportivas em que tomou parte, das quais se destacam a sua participação em olimpíadas, no âmbito do hipismo, por três vezes e a integração na equipa portuguesa de esgrima no campeonato mundial de 1947.

Promovido ao posto de Tenente-Coronel em 17 de Janeiro de 1962, cerca de um ano depois é chamado a formar o Batalhão de Cavalaria 490, em Estremoz. Em Julho de 1963, no comando desse Batalhão de Cavalaria, embarca para o Ultramar, província da Guiné, onde assume inicialmente a missão de Força de Intervenção do Comando-Chefe, sendo nesta qualidade que, entre 15 de Janeiro e 24 de Março de 1964, o Batalhão é chamado a executar a Operação Tridente. Cerca de um mês após a Operação Tridente, em 9 de Maio de 1964, o Batalhão assume o sector, na região de Farim, até ao regresso à Metrópole, em 6 de Agosto de 1965.

É durante a comissão na Guiné que as qualidades do Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro, enquanto condutor, de homens, emergem. As operações sucessivas, as más condições de vida e as



Cortesia do Coronel Fernando Cavaleiro

Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro.

constantes alterações em termos de comandos subordinados obrigam a uma maior acção de liderança da sua parte. Para além do mais, enquanto decisor, fica patente o planeamento e a conduta da Operação Tridente, na qual todos os objectivos foram atingidos de forma eficaz.

Promovido ao posto de Coronel em Outubro de 1965, Fernando Cavaleiro, passa, por solicitação do próprio, à reserva, em Janeiro de 1969, com 52 anos, encontrando-se, actualmente, na situação de reforma desde 1988.

Possuidor de vários louvores e condecorações de onde se destacam o grau de oficial da Ordem Militar de Avis, Cruz de Guerra de 1.ª Classe, Cruz de Guerra de 3.ª Classe e Medalha de Mérito Militar de 3.ª Classe, o Coronel Fernando Cavaleiro, com 93 anos de idade, mantém uma vitalidade verdadeiramente invejável no Centro de Apoio Social de Oeiras, onde vive com a sua esposa.



“Portugal não é um país pequeno”.

<http://purl.pt/>

Conjuntura Político-Estratégica

Entre 1961 e 1974, o Estado Português desenvolveu uma guerra de contra-subversão nos territórios ultramarinos de Angola, Guiné e Moçambique, com a convicção que lutava pela integridade do seu território e a garantia da sua própria soberania. Dessa forma, assumindo que, geopoliticamente, estava em causa a preservação do Regime e a sobrevivência do próprio Estado, Portugal definiu a preservação dos territórios em África como objectivo vital, pela qual se predis pôs a combater. A questão das Províncias Ultramarinas constituiu o centro das atenções estratégicas de Portugal desde 1926 a 1974, pois o “Portugal uno, multicontinental e multirracial do Minho a Timor” consubstanciava a autonomia e a independência política do País e era a base da sua economia, justificando o recurso às estratégias político-militares para a sua manutenção. Na verdade, desde o Acto Colonial de 1930 que África era assumida como uma razão de Estado: “Sem ela, seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande país”, fundamentava Marcello Caetano. Essa obsessão com a “Pátria Negra” justificava-se, de acordo com Salazar, com a trilogia geografia, heroísmo e comércio. Se, entre as duas guerras mundiais, Portugal be-

neficiou do estatuto imperial das potências europeias vencedoras da 1.ª Guerra Mundial (Inglaterra e França), tudo mudou depois da 2.ª Guerra Mundial. O ponto de viragem foi dado pela crise do Suez, pelas afirmações feitas em Bandung e, principalmente, pelo despontar de nacionalismos em África e a organização de movimentos de libertação. Em 1956 Salazar venceu, em discurso de 30 de Maio, proferido na Sociedade de Geografia de Lisboa, a sua disponibilidade estratégica para a defesa do Império, afirmando que Portugal é uma Nação “sem dúvida estranha, complexa e dispersa pelas sete partidas do mundo”, mas com um sentimento comum em toda a parte de “que ali é Portugal”. Desenvolveram-se, então, mediadas estruturais de fomento destinadas a melhorar o nível de vida das populações, acelerar o povoamento e atrair aos territórios ultramarinos os grandes capitais e as indústrias. Desta forma, o Governo procurava assegurar as condições de manutenção da soberania em África, sem recurso ao emprego da força militar.

Apoiado na premissa de que as Províncias Ultramarinas eram território integrante do conjunto unitário português, Salazar não enveredou pela cedência de soberania de parcelas nacionais, ao contrário do que fizeram outras potências (Inglaterra, França, Holanda). Por isso, o Regime

Estratégia Militar Portuguesa

Os anos de 1956 a 1959 foram de reflexão sobre a reorganização das Forças Armadas, altura em que se equaciona a transferência do esforço militar da Europa para África. Efectivamente, em 1959, enquanto o Ministro da Defesa, General Botelho Moniz, ainda considerava que no contexto da guerra-fria a Europa constituía o teatro a privilegiar, o Ministro da Marinha, Almirante Quintanilha Dias, defendia a necessidade de mais navios de “alto mar” e o Subsecretário da Aeronáutica, General Kaúlza de Arriaga, pedia mais meios aéreos, Salazar afirmava que “o certo é que temos uma guerra no Ultramar e ela será de guerrilhas. Para isso, temos que estar preparados”. Enquanto isso, o Ministro do Exército, Almeida Fernandes, aconselhava, numa Directiva datada de 29 de Abril, “a urgente disponibilidade de unidades terrestres que, pela sua organização, apetrechamento e preparação possam ser empregadas na execução de operações de tipo especial: operações de segurança interna de contra-subversão e de contra-guerrilha”, para actuarem na Guiné, em Angola e em Moçambique. Em 25 de Janeiro de 1960 a Directiva do General CEMGFA provocou uma alteração profunda nos objectivos estratégicos nacionais, apontando para a preparação de uma guerra no Ultramar, face às seguintes ameaças: acção insidiosa dos países vizinhos; guerra subversiva conduzida no interior dos territórios; sublevação. Depois, a 25 de Novembro desse ano, o Conselho Superior de Defesa Nacional procedeu a uma readaptação estratégica do emprego de forças: o esforço

militar da Europa foi transferido para África; reduziu-se a cooperação com a Espanha na defesa peninsular nos Pireneus a uma atitude mais política que militar; foi revisto o plano de defesa interno do Território Nacional; os compromissos com a NATO sofreram ajustamentos. Acontece que, em 1960, o estado de prontidão das Forças Armadas era preocupante, devido ao facto de estarem lançadas as bases para a formação das unidades para a fase pré-insurreccional e de rebelião armada no Ultramar, de se concretizarem modificações profundas nos dispositivos e de se verificarem alterações na instrução dos quadros. Para além dos problemas de mentalização, face à nova realidade, existiam dificuldades de ordem financeira que permitissem efectuar uma remodelação profunda do aparelho militar capaz de cumprir no terreno os objectivos políticos definidos. Impunha-se uma reafectação de meios face à nova definição de objectivos estratégicos e uma harmonização de mentalidades no seio das Forças Armadas. A instrução militar passou, então, a incorporar as técnicas de contra-guerrilha, com *O Exército na Guerra Subversiva* a servir de manual do treino militar, enquanto um conjunto de oficiais procedeu à recolha de ensinamentos e lições aprendidas em conflitos similares: no Quénia aprendeu-se a recrutar nas forças adversárias; na Malásia a retirar apoio da população e a garantir mobilidade; na Argélia, assimilaram-se as valências das unidades de quadrícula e de intervenção, a saber extrair as vantagens de emprego dos meios aéreos e desenvolver um eficaz sistema de informações; no Vietname, a captação das populações foi o ensinamento primordial.

português deixou de contar com o apoio inglês e sofreu a pressão americana. Em 1961, iniciou-se a Guerra do Ultramar, com a chacina efectuada pela “hoste” de Holden Roberto às populações e fazendeiros no Norte de Angola em 15 e 16 de Março. A sua eclosão, além de mostrar a irredutibilidade de Salazar na política ultramarina, bem vincada na sua célebre frase “para Angola, rapidamente e em força”, teve implicações profundas no futuro político da Nação. Mas, se a população portuguesa residente na metrópole e em África jamais acreditou que os acontecimentos iniciados em Angola se transformassem numa subversão armada generalizada às várias províncias, o Regime, ao invés, previa essa possibilidade desde finais do decénio de 1950, como revelam a transferência do esforço militar da Europa para África

e as reestruturações do aparelho militar ao nível da sua organização, dispositivo e treino. Em 1963, quando o PAIGC sublevou a Guiné, Salazar ainda ameaçou os revoltosos anunciando para o Ultramar três tomadas de posição possíveis: “a mais estreita e amigável colaboração, se julgarem útil; a maior correcção, se formos dispensados de colaborar; a defesa dos territórios que constituem Portugal até ao limite dos nossos elementos humanos e dos nossos recursos, se entenderem por bem converterem as suas ameaças em actos de guerra e trazê-la aos nossos territórios”. Em vão, a guerra seguiu o seu curso, com o Regime a ter de combater militarmente em três teatros de operações distintos e dispersos, politicamente a intransigência da comunidade internacional e, internamente, um inimigo revolucionário e oposicionista.

A Arte da Guerra e Aparelhos Militares

Desde 1958 que a evolução da conjuntura política internacional e o pulsar da situação em África davam indícios ao Regime de que um conflito no Ultramar era inevitável. Assim, enquanto a diplomacia esgrimia argumentos de unidade nacional nos *fora* internacionais, o Estado Novo invertia a sua estratégia. A prioridade passava a ser África, em detrimento da OTAN, da Europa e da Espanha.

A inversão preconizada pelo regime trazia um novo desafio ao aparelho militar português. A adequação do paradigma de emprego de forças, num contexto de guerra convencional, para um contexto de contra-subversão. Decorrente dos estudos efectuados, evidenciavam-se três factores importantes: a necessidade de uma implantação territorial, designada por unidades de quadrícula, que efectuasse acções de nomadização, patrulhamento, protecção de itinerários e garantisse, por um lado, a segurança das populações e que as levasse a abandonar o apoio à guerrilha e, por outro lado, que procedesse à cativação dos elementos afectos à guerrilha, com vista ao seu recrutamento e posterior aplicação contra a mesma guerrilha; a existência de forças de intervenção com elevada mobilidade, de forma a actuar em tempo oportuno contra formações inimigas; e a importância de um sistema de informações integrado e coordenado para permitir o aproveitamento adequado das notícias recolhidas. Portanto, a manobra militar actuava punitivamente sobre os grupos armados que prejudicasse a manobra sócio-económica, expulsando-os da sua zona de esforço. Assim, a reorganização territorial fixou a divisão em Comandos Territoriais aos quais se sobrepunha uma quadrícula que tinha o Batalhão como unidade base. Porém, as unidades de quadrícula ficavam, tendencialmente, imobilizadas na área dos aquartelamentos, deixando a maioria das vezes a iniciativa das actuações operacionais aos elementos das forças de intervenção, mais aptas para operações de contraguerrilha, ocupação de áreas sensíveis e escoltas. Nesse sentido, acabou-se com a diferenciação entre Exército Metropolitano e Exército Colonial (que vinha do tempo das Campanhas de Ocupação Africanas, no século XIX) e atribuiu-se ao Exército



Reacção a uma emboscada.

<http://www.dokkumenta.com/>

a missão abrangente de “assegurar a defesa terrestre do território nacional metropolitano e ultramarino contra qualquer agressão externa e interna”. Foi criada a 3.^a Região Militar (Angola, que incluía também S. Tomé e Príncipe), a 4.^a Região Militar (Moçambique) e sete Comandos Territoriais Independentes (onde se incluía a Guiné). Determinou-se a criação de «unidades

Guerrilheiros do PAIGC.

<http://2.bp.blogspot.com>



PAIGC

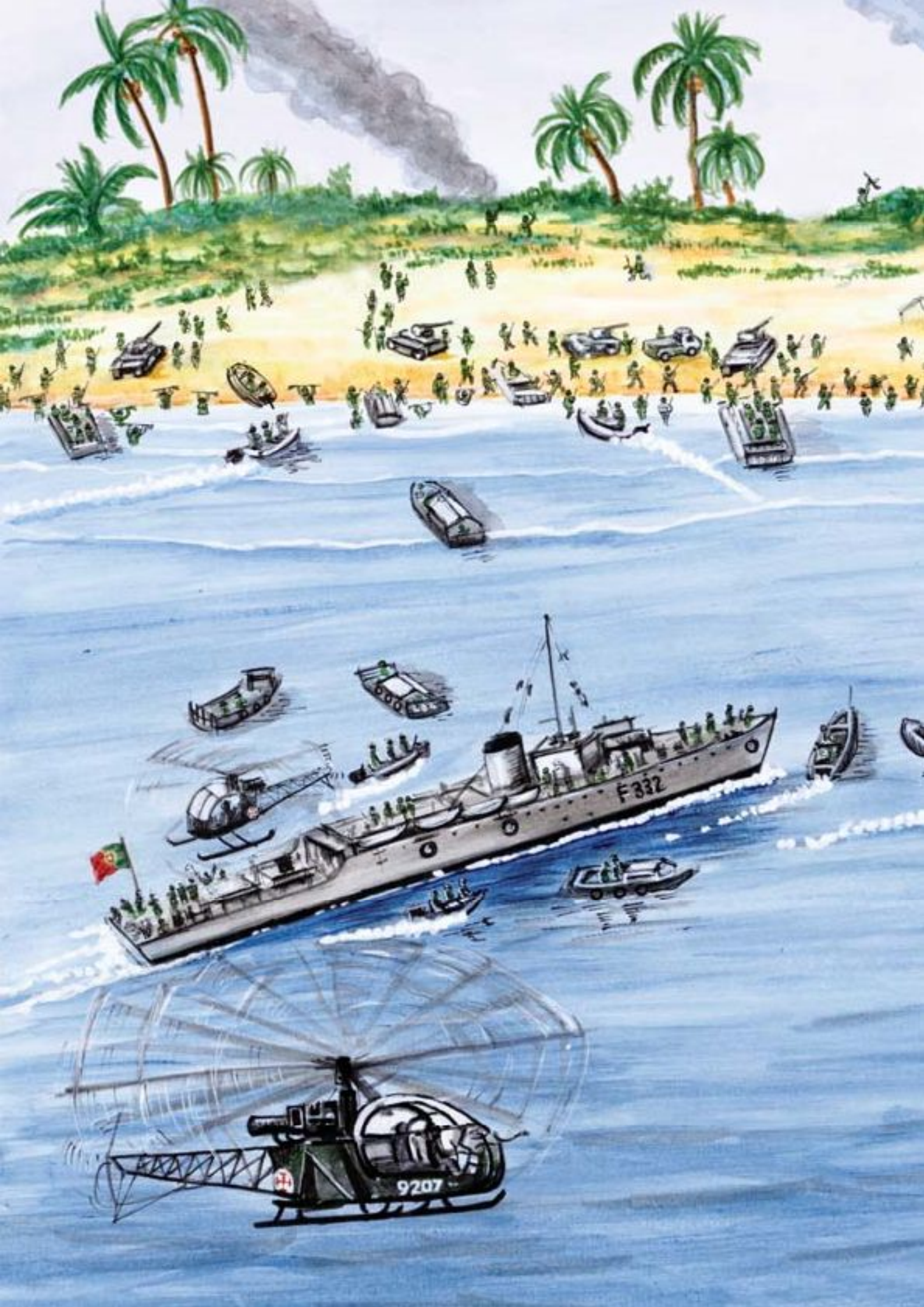
Em 1956, Amílcar Cabral funda, em Bissau, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) com um objectivo: a independência nacional. Depois de repetidas e frustradas tentativas de negociação pacífica com o governo da metrópole, o partido organiza uma primeira greve de trabalhadores, em 3 de Agosto de 1959, a qual é reprimida pelas autoridades portuguesas, ficando esse episódio conhecido como o massacre de Pidjiguiti. Perdidas as esperanças de uma solução negociada, o PAIGC decide recorrer à luta armada, sendo o ataque ao quartelamento de *Tite*, em 23 de Janeiro de 1963, a primeira manifestação da nova estratégia de Amílcar Cabral. Esta modalidade é facilitada pela formação dos quadros do PAIGC que, desde 1960, recebem formação na República Popular da China. Para além do mais, começam a surgir, de forma mais vincada, da vizinha Guiné-Conacri, variados e importantes apoios (bases de apoio, material e aconselhamento militar, oriundo da URSS).

Contudo, a afirmação político-militar do PAIGC inicia-se com a realização do Congresso de Cassacá, em Fevereiro de 1964. É então decidido consolidar as estruturas do partido e as suas bases de apoio à população. Nesse sentido, são

criados serviços de educação, de saúde, judiciais e económicos, ao mesmo tempo que se implementaram medidas para uma maior participação política das populações. Ao nível militar são criadas as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) que, entre 1964 e 1968, conseguem um avanço territorial significativo, em muito facilitado pela postura defensiva das Forças portuguesas. Neste período o movimento procura maximizar, através de campanhas psicológicas, o apoio da população e, ao mesmo tempo, a degradação do moral das Forças portuguesas. Para o efeito, o PAIGC abre, em 1965, a frente psicológica com emissões regulares através da “Voz do Povo”. Será a acção psicossocial de Spínola a principal causa da ineficácia da acção psicológica do PAIGC e da consequente acalmia que o conflito conhece entre 1968 e 1972. Contudo, a postura do Governo de Lisboa face à situação na Guiné conduz à abertura das fronteiras do Senegal ao movimento. Com apoios dos Estados limítrofes da Guiné, o PAIGC, aumenta a sua actividade militar e, em 1973, fruto do emprego de mísseis SA-7 *Strela*, retira a liberdade de acção ao aparelho militar português, limitando o apoio aéreo às operações terrestres. Nos inícios de 1974, o PAIGC tem as condições que lhe permitem entrar na última fase do processo subversivo, a fase da Guerra móvel convencional.

especiais de intervenção imediata», de modo que, organizadas, apetrechadas e preparadas, pudessem ser empregues na execução de operações de segurança interna de contra-subversão e de contra-guerrilha. Em 1959 criou-se o Centro de Instrução de Operações Especiais, de onde saíram as Companhias de Caçadores Especiais, tendo embarcado, a 6 de Junho, as primeiras três com destino a Angola. Apesar da capacidade operacional, as Companhias de Caçadores Especiais acabaram por ser extintas, decidindo-se, em determinada altura, “não há Caçadores Especiais, são todos normais”. Em 1962, foi retomada a ideia de se constituírem unidades especiais de contra-guerrilha, ministrando-se instrução intensiva a grupos de combate e a alguns batalhões de quadrícula, que foram empenhados como grupos de intervenção. A guerra desenrolou-se essencialmente em terra, porque era aí que vivia a população, centro de gravidade estratégica do conflito. Nesse sentido, foi sobre o Exército que recaiu o esforço, cabendo às forças navais e aéreas apoiar as operações terrestres. Num continente em

processo de descolonização, os países limítrofes da Guiné, de Angola e de Moçambique eram hostis ao Poder Português. Apoiavam os Movimentos de Libertação, autorizando a instalação nos seus territórios de campos de instrução, de bases operacionais e logísticas e, também, a circulação de materiais, de pessoas e de forças militares. A existência de “santuários” criou sérias dificuldades às forças portuguesas, na medida em que se tornava difícil evitar a sua entrada no território e, uma vez atravessada a fronteira, era difícil localizá-los. Assim, dos princípios estratégicos aplicáveis na guerra em África sobressai: a contra-subversão é uma luta pela população e nunca contra a população; a luta contra a subversão não pode ser levada a efeito exclusivamente pelas forças militares e estas não devem actuar unicamente pelas armas. Portanto, a actuação contra-subversiva partia da premissa de que este tipo de guerra não se ganha pela acção militar, mas perde-se pela inacção militar, constituindo objectivo primário das Forças Armadas garantir a liberdade de acção política, governativa e administrativa.





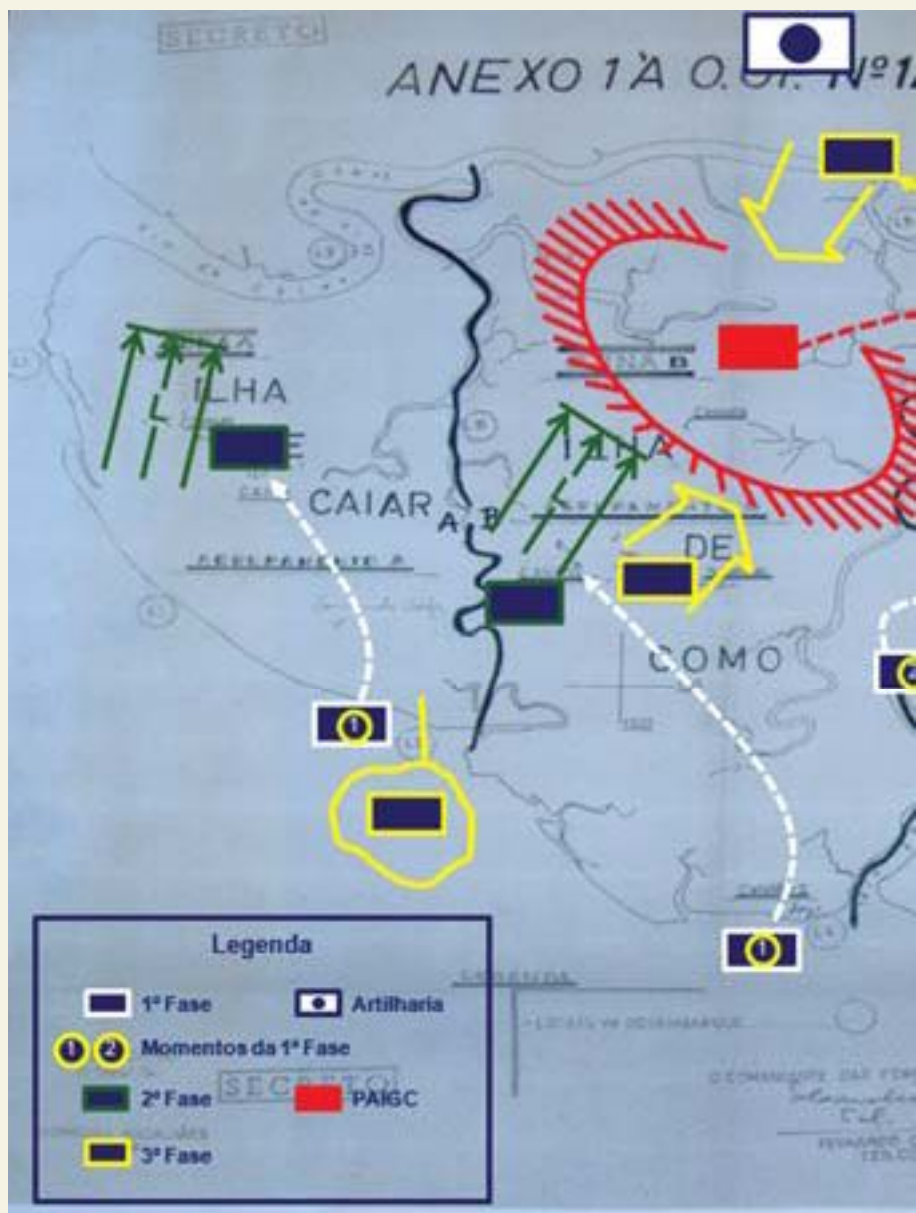
Salvador
2010

Descrição da Batalha

Após o ataque a Tite, o PAIGC, apoiado pela Guiné-Conacri, ocupa sem resistência as ilhas de Caiar, Como e Catunco, fundando a auto-proclamada *República Independente do Como*. As três ilhas, separadas por canais estreitos, garantiam santuário a cerca de 400 guerrilheiros do PAIGC que flagelavam o Sudoeste da província e dificultavam a navegação na Costa Sul, principalmente entre Bissau e Catió. A região, abundante em arrozais, garantia a necessária fonte de abastecimento aos guerrilheiros e constituía-se como base de partida a partir da qual o PAIGC podia penetrar na península de Tombali e daí para Norte. Com uma área de 210 km², dos quais 166 ficavam submersos por acção das marés, a traficabilidade ficava bastante reduzida em virtude dos lodos provocados pela baixa-mar. A força de guerrilha, sob as ordens de Nino Vieira, estava organizada em três grupos. De acordo com as informações disponíveis, estavam bem enquadrados, com um razoável grau de instrução e moral elevada. Possuíam armamento ligeiro e pesado e sabia-se que os guerrilheiros tinham os acampamentos no Norte de Caunane, ao redor de Cassaca – uma zona de mata densa.

A decisão de atacar as bases do PAIGC para expulsar os guerrilheiros da região surge na semana do Natal de 1963. A missão é dada pelo Comandante-Chefe, Brigadeiro Louro de Sousa, ao Batalhão de Cavalaria 490, sob o comando do Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro. Para a Operação Tridente, o Tenente-Coronel Cavaleiro contava com três companhias de Cavalaria (CCAV) e uma de Caçadores (CCAÇ), das quais três dos comandantes de companhia haviam sido rendidos recentemente, apoiadas por pelotões de pára-quedistas, sapadores, morteiros e obuses e um grupo de combate de comandos. Para além destas, o Batalhão contava com o apoio de Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE), meios de transporte marítimo e apoio aéreo, num total de cerca de 1100 homens. A intenção do comandante era desencadear uma acção rápida para isolar as ilhas de Como, Caiar e Catunco e limpar a Zona de Acção (ZA). Para o efeito, organizou os meios disponíveis em cinco agrupamentos (Agr. A, B, C, D e E), todos com elementos de sapadores e guias *fulas* na orgânica.

O planeamento, conduzido no maior sigilo, previa que a operação fosse executada em três fases: numa primeira fase, com quatro agrupamentos, efectuar desembarques na região sul para isolar as ilhas de Caiar e de Como; numa segunda fase, efectuar a limpeza da ZA de Caiar-Como e Catunco; na terceira



fase, envolver a Norte da ilha de Como, com forças dos agrupamentos em Caiar e Catunco, para conquistar a mata de Cassaca, onde se situava o santuário do PAIGC.

No quartel-general em Bissau havia a percepção de que a operação seria prolongada obrigando ao planeamento exaustivo de todos os aspectos logísticos, sendo certo que o reabastecimento de água e combustíveis sólidos seria efectuado através de recursos locais. O Grupo de Comando do Bat CAV 490 opera inicialmente a partir da fragata Nuno Tristão e “... posteriormente numa localização a comunicar oportunamente”. A Base Logística instalar-se-ia na região Sul de Caiar.

No dia 14 de Janeiro de 1964 (dia D-1), os meios navais (nos rios Caiar e Cobade) e a Artilharia em Catió, que efectuou os fogos na região Norte de Caiar, Como e Catunco, davam início à operação de decepção. O desembarque dos agrupamentos A e



Operação Tridente.

Dos autores

B ocorreram sem incidentes e cedo iniciaram o movimento com destino ao objectivo [Tabancas de] Caiar e Cauane, respectivamente. O primeiro agrupamento encontra dificuldades durante o movimento, em virtude da falta de água que, ao contrário do previsto, era salobra. Atingiram o objectivo pelas 15h de D+1. O agrupamento B, cujo deslocamento para o objectivo se fez sem incidentes, ao atingir a tabanca de Cauane depara-se com uma resistência considerável (com cerca de 100 guerrilheiros), que, após eliminada, ocupa o ilhéu de Caiame (com um Pelotão), de modo a apoiar o desembarque do agrupamento C, em Catunco, no dia seguinte. Em D+1, os agrupamentos C e D desembarcam, sem resistência na região oeste e leste da ilha de Catunco, respectivamente, e em D+2 a base logística estava pronta para operar. O

comando da força, inicialmente na fragata Nuno Tristão, começava a operar de terra. Estavam criadas as condições para dar início à segunda fase. Ainda que as forças portuguesas tivessem sofrido flagelações nas ilhas de Caiar e Catunco, a resistência do PAIGC concentrou-se na ilha de Como. Desde D+2 que o agrupamento B procurava segurar a picada que ligava Caunane a Cassaca e Cachil, porém as forças do PAIGC instaladas na orla da mata variaram a picada com fogo de metralhadora pesada, impedindo a movimentação das forças portuguesas. O agrupamento B só consegue entrar na mata, junto de Caunane, em D+9. A segunda fase estava concluída. As baixas não devidas ao combate (deficiente alimentação, falta de água, enorme esforço físico e rigores do clima) a par da importância da operação na mata da Cassaca, levaram a uma reorganização das forças e a um ajustamento do dispositivo do Bat CAV 490. Cauane foi reforçado com as CCAV (-) e o PelMort (-). A força de intervenção foi constituída pelo DFE 8, GCmds e Pel PQ. O DFE 7 e a CCAÇ constituíam a força que tinha por tarefa penetrar na mata de Cassaca, após o desembarque anfíbio na região norte de Como (Cachil). Os guerrilheiros, ainda em grande número, encontravam-se instalados na densa mata ao redor de Cassaca. A guerrilha demonstrava ser capaz de fazer face às diversas investidas das forças portuguesas procurando, de acordo com o Tenente-Coronel Cavaleiro, "...o envolvimento ou o cerco de núcleos pequenos das NT; combina, por vezes, acções de movimento, com o tiro flanquiante ou frontal das MP e ML". Após a pressão impressa de Sul e Este, por forças de efectivo CCAV (-), e de Norte, pelas forças desembarcadas em Cachil apoiadas pela Artilharia e Apoio Aéreo Próximo, a resistência da guerrilha começa a fraquejar, acabando por abandonar a região. São destruídos dois grandes acampamentos do PAIGC e, com estes, todo o sistema de segurança e apoio logístico do movimento na região. A Operação Tridente é dada como concluída em D+71, a 24 de Março de 1964. Contabilizou 9 mortos, 47 feridos e 193 doentes, para as forças portuguesas; 76 mortos (estimados 101), 15 feridos (estimados mais de 100) e 9 prisioneiros, para as forças do PAIGC. Após a expulsão dos guerrilheiros da região, por ordem do Comandante-Chefe, Cochil foi ocupado por uma companhia cuja finalidade era a de manter a presença militar na região. Porém, o Comandante-Chefe que rendeu o Brigadeiro Louro dos Santos, o Brigadeiro Arnaldo Shultz, mandou retirar a referida companhia, permitindo que o PAIGC voltasse, posteriormente, a ocupar a região.

Análise da Batalha

A Operação Tridente foi uma das mais importantes operações conduzidas por forças portuguesas, no decurso da Guerra no Ultramar. A tipologia de meios envolvidos (um efectivo de cerca de 1100 homens, meios aéreos e navais) e o exercício do comando e controlo (Brigadeiro Louro de Sousa, Comandante-Chefe) conferem à Operação Tridente um cariz de operação conjunta. Contudo, durante toda a operação colocou-se o esforço na componente terrestre, materializada pelo Batalhão de Cavalaria 490, comandado pelo Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro.

Desde 1963 que o PAIGC, com o apoio da Guiné-Conacri, enveredara pela luta armada. As constantes flagelações à navegação na costa sul tornavam Como, Caiar e Catunco, por si só, um objectivo militar. Para além de santuário do PAIGC, a região, dava forma à auto-proclamada *República Independente do Como*, traduzindo-se numa ameaça à soberania e coesão social, preconizada pela política da época. Como, Caiar e Catunco eram, de facto, um

objectivo político-militar importante que esta operação alcançou na plenitude. Ao nível tático, para além de infligir pesadas baixas ao PAIGC, o sucesso da operação permitiu conhecer com maior profundidade a organização de Amílcar Cabral, facilitando a condução de operações militares no território da Guiné.

A Operação Tridente enquadra-se nas operações de contra-subversão, uma operação de *limpeza de uma zona* considerada pela doutrina como uma "...operação realmente decisiva". A complexidade que o terreno (e condições meteorológicas) e inimigo apresentavam, aliado à duração da operação, obrigaram ao faseamento da operação. Assim, nas três fases foram executadas diferentes formas de manobra, em concordância com os objectivos indicados. Desse modo, a primeira fase contou com uma finta a Norte, conduzida por meios navais (a simular um desembarque), apoiados por fogos de artilharia e aéreos, permitindo o desembarque sem incidentes. Na segunda fase, assistiu-se à execução de batidas nas três ilhas de modo a obrigar os guerrilheiros do PAIGC a aban-



Forças de desembarque.

Cortesia do Coronel Fernando Cavaleiro

donar aquelas regiões e isolar o inimigo na mata de Cassaca. Na terceira fase, com o inimigo isolado, procedeu-se ao cerco e posterior batida de modo a garantir que os guerrilheiros do PAIGC haviam abandonado a região, conforme estabelecido. Ao analisar a Operação Tridente, não podem passar despercebidos os princípios da: *Surpresa*, consubstanciado pela finta, que desviou a atenção do inimigo permitindo que as operações de desembarque se processassem sem incidentes; *Concentração*, onde a necessidade de reorganização das forças e dispositivo, de forma a manter a iniciativa na terceira fase, foi uma das condições *sine qua non* para o sucesso da operação; *Manobra*, que as 14 ordens parcelares consubstanciam, ao procurar, de forma sistemática, obter uma posição vantajosa relativamente ao PAIGC na região; *Liderança e Flexibilidade*, demonstrados pelo comandante do BAT CAV 490, sendo difícil dissociar o resultado final da operação e o superar das grandes dificuldades impressas pelo rigor do clima e pela falta de condições de vida das forças, durante 71 dias de operações.

Consequências

A 24 de Março de 1964, após a conquista da mata de Cassaca, na ilha de Como, as forças sob o comando do Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro regressavam a Bissau deixando para trás a CCaç 557, que ocupava a região de Cachil, a norte da ilha de Como. Não obstante o sucesso alcançado em Caiar, Como e Catunco, não refreou a iniciativa militar do PAIGC e, a partir de meados de 1964, os guerrilheiros passaram a dominar, progressivamente, o território Sul da Guiné. Em Lisboa, após a conclusão da Operação Tridente, o Presidente do Conselho, para sanar o conflito que existia, desde 1962, entre o Governador da Província da Guiné e o Comandante-Chefe, Brigadeiro Louro de Sousa, determina a substituição de ambos e a concentração de poderes no Brigadeiro Arnaldo Shultz, na altura Comandante do Sector de Ambrizete, em Angola. Assim, em Maio de 1964, o Brigadeiro Shultz assume o Governo da Guiné e o Comando-Chefe da mesma província. Se o comando de Louro de Sousa foi marcado pela falta de motivação enquanto Comandante-Chefe, o Brigadeiro Arnaldo Shultz, apesar de receber consideráveis reforços, é incapaz de travar a iniciativa do PAIGC e as Forças portuguesas perdem a iniciativa, passando à defensiva. Perante o perigo de uma derrota militar, cuja repercussão nas restantes províncias seria desastrosa, o Governo de Lisboa, em 1968, faz substituir o General Arnaldo Shultz pelo Brigadeiro António de Spínola. O novo Comandante-Chefe tem a percepção de que a guerra de África é de índole política e que a solução não é, puramente, militar, assumindo-se a máxima que este tipo de guerra não se ganha unicamente através da acção militar, mas perde-se pela inacção. Desse modo, à sua chegada a Bissau, Spínola altera significativamente a estratégia dos seus antecessores. Altera o dispositivo militar, de forma a tentar reganhar a iniciativa, criando as Zonas de Intervenção do Comando-Chefe, áreas de domínio preponderante do

PAIGC, onde apenas unidades especiais operavam com o apoio da Artilharia e da Força Aérea. A par das operações militares, Spínola põe em prática um projecto de conquista dos “corações e das mentes” da população da Guiné com o slogan “Uma Guiné Melhor”. A estratégia de Spínola, de não perder a guerra por forma a encontrar uma solução política, apresenta os seus frutos nos finais de 1969. Nesse ano, a iniciativa volta às mãos das Forças portuguesas, permitindo encetar conversações com Leopold Senghor, o Presidente do Senegal. Através daquele líder africano, Spínola pretende chegar ao PAIGC e atrair os seus quadros para o projecto psicossocial.

No decurso da sua política de aproximação, em Abril de 1970, ocorre a morte de três oficiais de ligação às mãos do PAIGC, contudo, o Comandante-Chefe não se demove e, em 1972, discute com Senghor o cessar-fogo por um período de 10 anos, após o que seria sufragada uma solução para a Guiné. Contactado por Spínola, o regime de Marcelo Caetano nega terminantemente esta solução e Leopoldo Senghor, defraudado, abre as fronteiras e apoia o PAIGC.

Um ano após o vislumbre de uma solução para a Guiné, as Forças portuguesas encontram-se comprimidas pelo PAIGC entre Guidage, a Norte, e Guilege, ao Sul do território da Guiné. A 24 de Setembro de 1973 é declarada, unilateralmente, a independência da Guiné. O reconhecimento por Portugal só sucede cerca de um ano depois, a 10 de Setembro de 1974.

Brigadeiro António Spínola.

<http://historiaguine.com.sapo.pt/>



Curiosidades

A Operação Tridente, a par de ter atingido os objetivos definidos, traduziu-se num enorme revés para o PAIGC. Posteriormente, numa operação conduzida na península de Gampará, foi apreendida uma carta escrita por um comandante do PAIGC, de nome Nino, cujo teor se transcreve: “Camaradas Faincam [Rui Demba Djassi] e Kant [Domingos Ramos], Para que esta vos encontre continuando de boa saúde, junto dos vossos camaradas. Eu e os meus vamos rasoavelmente bons. Camaradas, achei obrigado a dirigir-vos estas linhas, porque sei que já não tenho nenhuma safa a não que dirigindo-me a vós. Como sabem estou muito afrontado, porque as tropas ainda continuam a praticar barbaras massacres no I.Come. Hoje já se faz 48 dias que os n/camaradas estão enfrentando corajosamente as forças inimigas. Queria que os camaradas retirassem juntamente com a população conforme na solução tomada pelo N/Secretário Geral. Mas o que é certo é impossível, porque não temos caminho de fazê-los sair. Por isso agradecia-vos que me mandassem reforço vindo de todas as partes. Mesmo se por acaso será possível pode enviar ao mínimo 150 a 200 camaradas, porque senão os portugueses vão-me dar cabo da população. Camaradas tenham paciência porque não tenho outra safa a não ser o vosso auxílio.

Tenho encontrado numa situação muito grave. As tropas estão a aumentar cada vez mais as suas forças, tanto como terrestres, aviação e também por meios marítimos. Camaradas, não tenho mais nada a dizer-vos, somente posso dizer-vos que de um dia para o outro vamos ficar sem a população e sem guerrilheiros aí já estamos a contar com as baixas de 23 camaradas n/durante todos estes dias de ataques. Portanto termino desejando-vos maiores sucessos, junto dos vossos camaradas e do povo em geral. Do vosso camarada Marga-Nino [Nino Vieira].” Durante a sua comissão de serviço (entre 16 de Julho de 1963 e 22 de Março de 1965), para além da



<http://cartosilva-guine.19tc.com>

Guião do Bat Cav 490.

Operação Tridente, as várias operações conduzidas pelo Batalhão de Cavalaria 490, sob o comando do Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro, foram importantes para a condução da estratégia militar na Guiné, sendo -lhe atribuído, a 16 de Fevereiro de 1965, o seguinte louvor: “Batalhão de Cavalaria n.º 490, porque, encontrando-se na Província há mais de 18 meses e tendo iniciado a sua missão de quadrícula após um período de intervenção nas regiões mais afectadas pelo In (Ilha do Como e Morés) tem mantido uma actividade operacional proficua, à custa dos seus próprios efectivos em quadrícula, enfileirando sempre ao lado de outras Unidades mais modernas na Província.

Não obstante as alterações que tem havido nos principais colaboradores do Comando e no Comando das suas Companhias orgânicas, tudo por força de promoções ocorridas após o início da sua comissão de serviço, e apesar do elevado número de elementos inoperacionais, como consequência de factores vários a que não são estranhos os períodos vividos em verdadeiro ambiente de contraguerrilha, tem o B. Cav. 490 sabido manter um elevado espírito combativo que honra a Arma de Cavalaria e o Exército.

Unidade dotada de elevado moral, tem-no fortificado nos duros momentos de luta vividos e que ficam a atestar o alto valor militar de todos os seus componentes – Oficiais, Sargentos e Praças – irmanados como estão no mesmo sentimento do Dever que os trouxe à Guiné Portuguesa”. J E

Autores

Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Professor de História Militar do IESM.

Major Luís Falcão Escorrega, Professor de Estratégia do IESM.

Major António Cordeiro Menezes, Professor de Tática do IESM.

Bibliografia

- BATALHÃO DE CAVALARIA 490, Relatório da Operação Tridente. Bissau, 1964.

- BRAZÃO, Vasco, COSTA, Pinto da e MOTA, Manuel, Operação Tridente – Guiné 1964, TIG de História Militar do CPOS Conjunto, Lisboa, IESM, 2010.

- CANN, P. John, Contra-Insurreição em África 1961-1974. O Modo Português de Fazer a Guerra, S. Pedro do Estoril, Atena, 1998.

- CATARINO, Manuel, As Grandes Operações da Guerra Colonial. 1961-1974. Guiné, Vol. 2, Presselivre, 2010.

- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA, Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974). Dispositivo das nossas Forças - Guiné, 3º Vol., Lisboa, EME, 1989.

- EME, O exército na Guerra Subversiva. Vol. I-V, Lisboa, Estado Maior do Exército, 1963

- GOMES; Matos e AFONSO, Aniceto, Os Anos da Guerra Colonial. 1964, Vol. 5, Porto, QuidNovi, 2009.